

COMO PERPETUAR UMA CLASSE OPERÁRIA

*Ushi Arakaki **

JAPÃO, AQUI VOU EU...

Os descendentes de japoneses começaram a fazer o caminho inverso de seus pais e avós, em meados dos anos 80, estimulados pela grave crise econômica brasileira e pelo rápido crescimento econômico japonês. Esse fluxo se intensificou consideravelmente a partir de 1990, quando o governo japonês revisou a sua Lei de Controle Imigratório, permitindo residência legal para descendentes até a terceira geração e seus cônjuges.

Os Nikkeis, como são chamados os descendentes de japoneses, foram recebidos no Japão para suprir a falta de mão-de-obra operária no país. Eles, assim como seus pais e avós, tinham como objetivo ganhar, em um curto espaço de tempo, dinheiro suficiente para melhorar suas condições de vida em sua terra natal. No entanto, não tardou muito para esses imigrantes perceberem que o sonho de fazer fortuna no Japão não seria realizado a curto prazo.

A princípio os Nikkeis que migravam para o Japão eram em sua maioria homens nisseis (segunda geração) sem suas famílias. À medida em que esse processo se tornou menos temporário, foi aumentando o número de famílias imigrantes e com isso foram surgindo novos desafios, como a educação de crianças brasileiras em um

país estrangeiro e a dupla jornada de trabalho feminino.

De acordo com a Associação Japonesa de Imigração (Japan, 2005), aproximadamente 286.000 brasileiros residem no Japão, sem considerar aqueles que possuem dupla nacionalidade. Os nipo-brasileiros representam o terceiro maior grupo de estrangeiros no Japão, só perdendo para os coreanos e chineses respectivamente, e são classificados em muitos estudos como um dos seis principais grupos minoritários do país (Weiner, 1997).

A grande maioria desses brasileiros trabalha na indústria automotiva, eletroeletrônica ou alimentícia e se concentra nas províncias de Aichi, Shizuoka, Nagano, Mie, Gunma, Gifu, Kanagawa, Saitama, Ibaraki e Shiga. Entretanto, pode-se encontrar brasileiros em todas as províncias japonesas.

COMUNIDADE TRANSNACIONAL

De acordo com Kearney (1995), globalização refere-se aos processos sócio-econômicos, culturais e demográficos que acontecem dentro de nações, mas que também as transcendem. Esse autor afirma que estamos lidando com uma intensificação das relações sociais ao redor do mundo que liga localidades distantes

de uma maneira em que acontecimentos locais são moldados por eventos que acontecem a muitos quilômetros de distância e vice-versa.

Transnacionalismo sobrepõe-se à globalização, mas tem um campo de ação mais limitado. Enquanto processos globais são, em grande parte, descentralizados de territórios nacionais específicos e acontecem em um cenário global, processos transnacionais são ancorados e transcendem um ou mais Estados-nação. Dessa maneira, transnacionalismo é o termo escolhido quando se refere, por exemplo, à migração de cidadãos através da fronteira de uma ou mais nações. Corporações transnacionais, apesar de operarem internacionalmente, têm suas bases em uma única nação.

Uma das faces de processos transnacionais é o projeto cultural e político dos Estados-nação uma vez que eles competem entre si por hegemonia. Essa dimensão do transnacionalismo é sinalizada por sua repercussão sobre o nacionalismo como projeto político-cultural, enquanto globalização implica em projetos mais abstratos, menos institucionalizados e menos intencionais ocorrendo sem referência a nações específicas (idem, p.548).

O conceito de comunidade transnacional é utilizado neste artigo para designar não apenas uma comunidade

formada por imigrantes, mas também para se referir a todas as redes de relações sócio-econômicas e culturais mantidas por esses brasileiros com sua terra natal. Essas redes possibilitaram que eles estabelecessem o que chamarei de “mundo paralelo”, que não é nem o Japão, nem o Brasil, mas sim uma mistura dos dois países. Esta comunidade transnacional funciona como um instrumento usado pelo imigrante para atenuar as dificuldades encontradas na sociedade anfitriã e tornar o ambiente em que reside mais acolhedor.

Trataremos agora de uma comunidade específica, cuja descrição pode ser estendida para as demais cidades onde a concentração de brasileiros é grande. Hamamatsu, cidade onde realizei meu trabalho de campo, fica na província de Aichi. Segundo o Gabinete de Imigração Local, em 2004 a cidade contava com 604.885 habitantes, sendo 13.507 residentes brasileiros, o correspondente a 56% do número total de residentes estrangeiros.

A cidade conta com inúmeras lojas de produtos brasileiros, assim como salões de beleza, restaurantes, discotecas, bares, butiques, barbearias, agências de viagem, locadoras, despachantes, açougues, padarias, lanchonetes e escolas brasileiras. Além da infinidade de produtos e serviços prestados pela/para a comunidade Nikkei, a prefeitura de Hamamatsu oferece diariamente atendimento em português em suas repartições.

Outro importante componente desse “mundo paralelo” é, sem dúvida nenhuma, os meios de comunicação. Existem dois grandes jornais semanais, escritos em português, com distribuição nacional: o *International Press* e o *Tudo Bem*. Além da imprensa escrita, programas de rádio, com notícias, leitura de cartas de ouvintes com dificuldades de adaptação e muita música brasileira, também fazem parte desse cenário. Desde 1996, os

brasileiros também têm acesso aos programas da TV Globo, através de um serviço por assinatura, de transmissão digital, chamado PerfectTV. A Rede Record, por sua vez, passou a transmitir seus programas no Japão em 2005.

O papel da mídia, principalmente da televisão, é extremamente importante na manutenção da comunidade transnacional. Através dos significados e imagens embutidas nos programas brasileiros, os imigrantes Nikkeis que estão geograficamente dispersos mantêm uma estreita ligação com a cultura do seu país de origem, além de compartilhá-la com seus amigos e familiares que permaneceram no Brasil. Essa noção de pertencimento cultural e de afinidade mútua com outros brasileiros gera certa coesão social, necessária para sustentar a comunidade transnacional (Tsuda, 2003).

IDENTIDADE CULTURAL

A comunidade transnacional descrita acima tem papel essencial na construção da identidade cultural da segunda geração de imigrantes Nikkeis. Apesar de serem criados em um país completamente diferente do Brasil, essas crianças e adolescentes, especialmente os que frequentam escolas brasileiras, são culturalmente brasileiros.

Eles desenvolvem uma noção de pertencimento cultural a partir da experiência que lhes é transmitida pelos seus pais, pela imagem do Brasil que lhes é mostrada através da mídia e da comunidade transnacional como um todo e por curtas viagens ao seu país de origem. É interessante notar que, em função disso, o Brasil dessa segunda geração condiz mais com elementos imaginários do que reais.

É inegável a extrema velocidade com que a informação viaja na era da globalização. Muito diferente dos

japoneses que imigraram para o Brasil, seus descendentes usufruem de alta tecnologia que lhes possibilita acompanhar com dinamismo os últimos acontecimentos brasileiros. Graças à televisão e à Internet, os jovens conhecem as últimas tendências em música, moda e cultuam os mesmos ícones que seus compatriotas no Brasil.

Apesar da influência da comunidade transnacional na noção de pertencimento étnico-cultural dos adolescentes nipo-brasileiros, esses jovens não são brasileiros simplesmente porque escutam música brasileira, vestem-se de acordo com as tendências de moda brasileira, comem comida brasileira ou falam português. Símbolos brasileiros estão disponíveis no “supermercado global” e podem ser escolhidos por qualquer pessoa (o futebol e a música brasileira, por exemplo, encontraram fãs em todo o mundo). O que torna esses jovens “brasileiros” é a idéia subjetiva de pertencer a um determinado grupo, o que é intensificado no contato com outros grupos étnicos e pela rejeição deles por esses grupos, no caso específico, o japonês. Isso nada mais é do que a expressão de uma noção imaginária de grupo como sendo único na maneira como ele se manifesta: uma unicidade que os diferencia de outros grupos e transmite para seus membros um sentimento de ser especialmente diferente dentro de um universo de coletividades.

É importante ressaltar o papel da sociedade anfitriã no desenvolvimento da identidade cultural dessas crianças brasileiras que crescem no Japão. Os Nikkeis foram escolhidos pelo governo japonês para suprir a falta de mão-de-obra não especializada justamente por supor que sendo descendentes de japoneses estariam familiarizados com os costumes do país, além de fisicamente não causarem nenhum tipo de estranheza à população nativa já que são fenotipicamente semelhantes.

Entretanto, não demorou muito para que os japoneses e os nipo-brasileiros percebessem a grande diferença cultural que os separa. No Brasil, os Nikkeis pertencem ao que chamarei de minoria positiva, ou seja, ser "japonês" é, em muitos casos, sinônimo de honestidade e inteligência. Os Nikkeis, que estão acostumados a serem chamados de japoneses pela sociedade brasileira, ironicamente se percebem como brasileiros ao se depararem com o tratamento de estrangeiro que lhes é concedido pelos cidadãos japoneses.

Nesse contexto, comportamentos que até então não tinham tanto valor cultural passam a ser símbolos de brasilidade, servindo assim para intensificar a noção de pertencimento desses imigrantes à sua terra natal. Um exemplo bastante simples para ilustrar esse valor simbólico é a relação que eles mantêm com a comida brasileira, que no Brasil não é vista como especialmente brasileira ou étnica, ela é simplesmente algo que faz parte do cotidiano do brasileiro. Entretanto, quando esses imigrantes vão a um restaurante brasileiro no Japão, preparam algum prato em casa ou convidam os amigos para um churrasco, eles têm claro que a comida brasileira é completamente diferente da japonesa. A estimulação dos sentidos com sabores tão familiares também traz consigo muitas lembranças e pode diminuir a saudade e a distância entre os dois países.

A renegociação identitária dos Nikkeis brasileiros reflete-se na construção da identidade cultural da segunda geração. A maioria desses imigrantes tende a criar seus filhos com pouca influência da cultura japonesa, principalmente aqueles que matriculam suas crianças em escolas brasileiras. O objetivo dessas escolas é explicitamente preparar seus alunos para uma boa (re)inserção no sistema escolar brasileiro, sem se preocupar com a integração dessas crianças à

sociedade anfitriã. O currículo adotado por elas é o brasileiro e aulas como idioma e cultura japonesa, que certamente dariam instrumentos para os alunos se desenvolverem na sociedade japonesa, não são vistas como importantes, dada a baixíssima carga horária dedicada a essas disciplinas (geralmente duas aulas por semana).

Esse fato se deve ao caráter transitório que ilusoriamente é dado a esse movimento migratório. Assim como os japoneses que desembarcaram no Brasil no início do século passado e outros milhões de imigrantes espalhados pelo mundo, eles também alimentam o sonho do retorno ao país de origem em um curto espaço de tempo. No entanto, fatores como o desconhecimento sobre a realidade do alto custo de vida no Japão faz com que sua condição financeira tome um rumo diferente do que eles imaginavam antes de imigrarem, o que não permite que seus objetivos econômicos sejam alcançados em pouco tempo, adiando o seu retorno, às vezes indefinidamente. Essa situação remete as famílias, e principalmente as crianças, a uma espécie de "limbo", ou seja, elas ficam em um lugar "transitório" entre o Brasil e o Japão. As consequências disso serão discutidas com detalhes em seguida.

SOCIEDADE JAPONESA E DISCRIMINAÇÃO

O Japão é um país conhecido por seu tradicional isolamento. A transição para um Estado-nação moderno foi baseada em uma noção de pertencimento étnico, talvez por esse motivo seja difícil para os japoneses aceitarem as diferenças etno-culturais. Muitos deles vêm a aceitação da diversidade linguística e cultural como uma ameaça à cultura nacional. Como resultado, o país tem políticas migratórias extremamente restritivas, negando assim ser

um país de destino de imigração em massa e conseqüentemente negando direitos civis e políticos aos imigrantes e seus descendentes, cuja admissão é considerada apenas temporária pelo governo japonês.

Muitos dos meus informantes se queixaram de discriminação, embora os que vivem no Japão há muito tempo digam que a situação era muito pior nos anos 90. Eles relatam, por exemplo, não ser incomum serem seguidos por seguranças dentro de lojas ou serem olhados de maneira "estranha" dentro de trens e ônibus.

Os jovens também reclamaram de discriminação dentro das escolas japonesas, segundo eles a principal fonte de preconceito são as diferenças culturais e linguísticas. Em escolas onde a concentração de brasileiros é grande eles tendem a se sociabilizar entre seus pares para evitar problemas de comunicação e conseqüentes desentendimentos. Nesse caso, a segregação sentida pelos brasileiros é reforçada pela própria atitude de auto-exclusão.

O idioma japonês, que sofreu influência maciça da língua chinesa, usa três sistemas de escrita (além de algarismos indo-arábicos e caracteres latinos) hiragana, katakana, usado para escrever palavras estrangeiras, e kanji que são os ideogramas chineses. Saber apenas os dois primeiros, que é o caso da maioria dos jovens, não muda o *status* deles de analfabetos, pois os três são utilizados juntos para se compor frases. Para entender o nível de complexidade do idioma bastaria dizer que para se ler um jornal é necessário conhecer, no mínimo, dois mil kanjis. Ao perguntar a um dos adolescentes, que estudou oito anos em escola japonesa e dizia saber ler e escrever fluentemente, quantos kanjis ele sabia, surpreendi-me com sua resposta: apenas cento e cinquenta, o equivalente a um estudante japonês da segunda série primária, o que ilustra a

desinformação desses adolescentes sobre o idioma local.

A barreira linguística é a principal responsável pela frustração das crianças brasileiras que frequentam escolas japonesas. Muitas delas desistem de estudar e são mandadas de volta para o Brasil para morarem com algum parente, ou permanecem em casa no tempo em que deveriam estar na escola.

Vale mencionar que parte da responsabilidade dessa lastimável situação é do governo japonês que, legalmente, considera facultativa a educação formal de crianças estrangeiras, enquanto é compulsória para os cidadãos japoneses.

TROCA DE VALORES

Se no Brasil é comum escutar os mais velhos aconselhando crianças e jovens a estudar para ser alguém na vida, na prática, as crianças brasileiras que crescem no Japão têm uma noção um pouco diferente do que essa frase venha a representar. Inclusive, é bom lembrar que a comunidade japonesa no Brasil, no seu processo de inserção na sociedade brasileira se organizava (várias famílias se cotizavam para que pelo menos um de seus filhos, em geral o mais velho, estudasse) para que seus descendentes viessem a ocupar um melhor *status* social através de formação universitária.

Os Nikkeis exercem ocupações variadas na sociedade brasileira e podem alcançar diferentes níveis sociais graças a sua escolaridade. Um médico, um dentista, um engenheiro ou um advogado, por exemplo, tem um *status* diferenciado de quem não estudou, mesmo todos pertencendo à classe média. Já, ao imigrarem para o Japão, vão ocupar não só o extrato social mais baixo na hierarquia da sociedade japonesa, como também as mesmas funções de trabalho. Eles são em sua grande maioria operários braçais, não necessitando assim de

nenhuma educação formal para trabalhar. Os níveis salariais não variam muito entre eles, sendo que a única grande diferença encontrada é entre homens e mulheres. Elas recebem em média 25% a menos que eles, ainda que realizem a mesma tarefa.

A equiparação salarial e de funções tem como consequência a ausência de hierarquia social entre os membros da comunidade nipo-brasileira no Japão, o que, por sua vez, acarreta a desvalorização da educação formal. Ou seja, independentemente do grau de escolaridade, os Nikkeis desempenham o mesmo papel de mão-de-obra desqualificada. Nem mesmo a experiência conta nesse tipo de trabalho: em muitas fábricas, a preferência é dada para os mais jovens, que têm mais vigor físico. Dessa maneira, é difícil os pais convencerem os filhos de que precisam estudar para “ser alguém”, já que a recompensa financeira de “ser alguém” é conseguida sem necessidade de estudo.

Esse fator, aliado à frustração das crianças que não conseguem acompanhar as aulas por barreiras linguísticas, faz com que muitos adolescentes abandonem as escolas antes mesmo de terminarem o primeiro grau. É bastante comum encontrar jovens de 14 ou 15 anos trabalhando em fábricas ainda que a idade mínima para trabalhar no Japão seja 16 anos.

A supervalorização do trabalho em detrimento do estudo é reforçada pela própria relação dos pais com os filhos. A maior queixa dos adolescentes foi o pouco tempo dedicado a eles pelos pais, que trabalham em média doze horas por dia. A prioridade número um é o alcance de uma boa situação financeira, que está diretamente ligada ao sonho de retorno do imigrante. Quanto antes eles juntarem dinheiro, o que só se consegue fazendo hora extra, mais próximos estarão de cumprir seus objetivos e assim retornarem à sua terra natal.

É interessante ressaltar que a condi-

ção das mulheres que se encontram no Japão é ainda mais dura do que das que vivem no Brasil porque, além de a maioria ter uma carga horária de trabalho maior (entre 10 e 14 horas), não conta com a ajuda de empregadas domésticas para cuidar da casa ou de familiares para tomar conta das crianças. Pela manhã, elas costumam sair cedo para trabalhar e só retornam à noite, tendo pouquíssimo tempo para a educação dos filhos e afazeres domésticos que, assim como no Brasil, são consideradas tarefas femininas.

É possível observar a ocorrência, em muitas famílias, do uso do dinheiro como um instrumento de compensação psicológica nas relações entre pais e filhos. Ou seja, presentes tais como celulares, computadores, tocadores de mp3, por exemplo, são usados pelos pais como uma espécie de recompensa pela ausência física e muitas vezes emocional.

Assim, enquanto os japoneses no Brasil incentivavam seus filhos a estudar para se integrar à sociedade anfitriã, ainda que as oportunidades educacionais não fossem dadas igualmente a todos os filhos, no Japão a prioridade da família é o trabalho e não a educação, o que faz com que a integração e a possibilidade de melhorar de status social sejam praticamente impossíveis.

PERSPECTIVA DE FUTURO DOS ADOLESCENTES BRASILEIROS

Os adolescentes brasileiros apresentam sentimentos ambíguos em relação ao que desejam para o seu futuro. Existe uma diferença explícita entre os jovens que chegaram ao Japão muito crianças e os que chegaram adolescentes. Os primeiros tendem a desenvolver uma noção de pertencimento mais vinculada à comunidade

brasileira no Japão – isso inclui todas as conexões mantidas entre os dois países e as facilidades oferecidas por um país rico como o Japão. Os que imigraram com mais idade tendem a estabelecer uma noção de pertencimento mais territorializada ao Estado-nação brasileiro.

Os adolescentes que estudam em escolas brasileiras desenvolveram uma forte noção de pertencimento à cultura brasileira. Existe um consenso entre eles sobre os bons e maus aspectos dos dois países. Eles consideram o país anfitrião um lugar seguro onde podem morar e ganhar dinheiro e o Brasil como um país onde podem estar com a família e dispor de um círculo social mais amplo.

O que diferencia os que imigraram ainda crianças ou nasceram no Japão dos que foram adolescentes é a maneira como a imagem que eles têm do Brasil e do Japão influencia suas perspectivas de futuro. Os primeiros têm uma noção de pertencimento ao Brasil baseada em um conhecimento menos direto. Como mencionado anteriormente, eles conhecem a realidade brasileira através de viagens curtas ao Brasil; das facilidades criadas pela comunidade transnacional como o fluxo de bens, informações e pessoas que circulam entre os dois países; do que eles escutam de seus pais e do que eles aprendem nas escolas brasileiras.

Esses adolescentes desenvolveram uma noção de pertencimento etno-cultural desterritorializada, que lhes permite adotar a cultura brasileira sem conectá-la necessariamente ao território brasileiro. Em realidade eles não estão habituados ao dia-a-dia do Brasil e territorialmente estão mais vinculados ao Japão, ou melhor, à comunidade brasileira da qual fazem parte neste país. Dessa maneira é mais confortável para eles projetarem o futuro no lugar que lhes é mais familiar, ou seja, o Japão.

Por outro lado, os que chegaram no

país já adolescentes estão familiarizados com a vida no Brasil, pode-se dizer assim que sua noção de pertencimento etno-cultural é mais territorializada e está associada ao conhecimento direto que eles têm da cultura e da situação sócio-econômica brasileira. Eles aprenderam a viver em uma realidade onde, por exemplo, as pessoas têm que se preocupar com segurança. Para estes jovens as desvantagens de viver no Brasil costumam ter um valor menor do que para aqueles que passaram toda a infância no Japão. Eles também experimentaram com maior intensidade as vantagens de morar em seu país de origem como ter estreitas relações com os parentes. Tudo isso contribui para que eles desenvolvam uma noção de pertencimento cultural territorializada que faz com que eles pensem em um futuro no Brasil.

É importante ressaltar que a visão que os adolescentes têm do Japão não varia muito de acordo com o tempo em que eles estão no país. O que muda substancialmente é a noção de pertencimento que eles estabelecem com os dois países. Isto é o que molda as suas preferências de viver no Brasil ou no Japão.

Alguns jovens planejam continuar os estudos no Brasil depois de concluírem o segundo grau no Japão. Entretanto, é preciso levar em conta que, por motivos discutidos anteriormente, apenas uma minoria deles de fato termina o segundo grau. É interessante notar que mesmo os que pretendem fazer uma faculdade no Brasil pensam em voltar para o Japão depois de se graduarem para juntar dinheiro trabalhando em fábrica e abrir o seu próprio negócio no Brasil.

Muitos dos meus informantes adolescentes não têm planos para o futuro. Eles são desencorajados a sonhar pela condição ambígua em que vivem. Os jovens foram criados ouvindo que regressariam ao Brasil,

mas na prática vivenciam o postergamento do sonho de retorno. Dessa maneira é difícil para muitos deles se sentirem completamente em casa no Japão, embora também não lhes seja fácil ver o Brasil, com todos os seus problemas sócio-econômicos, como o lugar onde eles queiram viver.

CONCLUSÃO

O futuro da imigração brasileira ao Japão é incerto, mas a partir do contexto atual podemos tirar algumas conclusões não muito otimistas. As chances de inserção e ascensão social da segunda geração de imigrantes brasileiros no país do sol nascente são mínimas.

O preconceito da sociedade japonesa para com os trabalhadores estrangeiros e o auto-isolamento dos brasileiros contribui para marginalização desses imigrantes. Embora muitos adolescentes tenham a intenção de permanecer no Japão, falta-lhes instrumentos para se integrar à sociedade anfitriã.

Alguns dos obstáculos para a integração são: a falta de domínio dos códigos culturais japoneses, e o fato da sociedade anfitriã ainda os considerar como “convidados” temporários bem-vindos apenas para realizar o trabalho 5K (sujo, perigoso, pesado, rígido e odioso) rejeitado por seus cidadãos. Ainda que muitos dos jovens brasileiros, especialmente os que freqüentaram escolas japonesas, falem fluentemente o idioma local, eles não dominam o complicado sistema de escrita, o que é uma séria limitação na hora de procurar um emprego.

Outro fator limitante é o baixo índice de casamento inter-étnico, o que significa que um segmento substancial da população está destinado a permanecer marginalizado. Os nacionalistas de direita consideram o casamento inter-étnico como uma espada de dois gumes no sentido em

que ele pode ajudar a aumentar a população nacional, mas por outro lado pode diluir a "homogeneidade cultural".

O Ministério de Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social declarou em um relatório demográfico em 2004 que a taxa de natalidade japonesa caiu para o mais baixo índice de sua história: 1,288. A estimativa é de que a população nacional caia de 127 para 101 milhões ao redor do ano 2050, trazendo assim sérios problemas sociais agravados pelo aumento da taxa da expectativa de vida japonesa. Esses dados mostram que as autoridades japonesas precisam se mobilizar para mudar algumas de suas políticas como, por exemplo, propiciar condições adequadas para que as mulheres possam conciliar maternidade e carreira profissional, evitando-se assim a progressiva queda da taxa de natalidade e o conseqüente aumento da dependência da mão-de-obra estrangeira para manter sua estabilidade econômica. De acordo com um relatório da Divisão Populacional das Nações Unidas, o Japão necessita em média 600 mil imigrantes por ano em seu território para manter o número da população trabalhadora ativa até o ano de 2050 (Unite Nations, 2000).

O fato de que as novas gerações de Nikkeis fiquem restritas ao mais baixo escalão no mercado de trabalho japônês contribui para a perpetuação de certas ocupações como "trabalho de imigrante" e reforça estereótipos negativos estigmatizando os nipo-brasileiros como qualificados apenas para esse tipo de serviço. Sem sombra de dúvida, a ausência de mobilidade social e ocupacional para as novas gerações de imigrantes representa um significativo obstáculo para a integração deles à sociedade anfitriã.

Os jovens que pretendem regressar ao Brasil também têm suas chances de mobilidade social limitadas pelo baixo nível de educação formal já que muitos

desistem de estudar e começam a trabalhar antes mesmo de concluírem o primeiro grau.

Apesar dos meus dados etnográficos mostrarem que os nipo-brasileiros, adultos e adolescentes, se sentem excluídos da sociedade japonesa, eles também mostram que os Nikkeis se isolaram em comunidades como Hamamatsu onde podem encontrar, além de bens e serviços, os padrões de relações sociais com as quais estão familiarizados. Depois de perceberem que são diferentes dos cidadãos japoneses, muitos dos brasileiros desistem de se integrarem e restringem seu círculo de amizades à comunidade brasileira. Nesse sentido, se por um lado a comunidade transnacional é essencial para o processo de renegociação da noção de pertencimento, por outro lado ela representa um obstáculo para a integração desses imigrantes na sociedade japonesa.

Talvez a maior barreira para a integração dos dois grupos seja o fato de que nenhum dos atores (governo japonês e trabalhadores) envolvidos nesse processo assumam que ele não é temporário como ingenuamente se previa que fosse. Apesar de muitos Nikkeis viverem no Japão por um longo período e estenderem sua permanência por tempo indeterminado, a maioria deles continua sonhando em voltar para o Brasil.

O governo japonês ignora o fato de que muitos brasileiros, especialmente da segunda geração, irão se fixar permanentemente no país. A maioria dos Nikkeis são contratados temporariamente e geralmente são excluídos dos benefícios dados aos trabalhadores japoneses como emprego vitalício, seguro social (incluindo seguro de saúde e seguro desemprego), pensão de dependentes, transporte, bônus anual e férias remuneradas.

Vale mencionar ainda que as autoridades brasileiras também têm sua parcela de responsabilidade na

marginalização dos imigrantes brasileiros no Japão. É economicamente lucrativo para o governo que os Nikkeis mantenham o forte vínculo com o Brasil para que assim continuem enviando remessas de dinheiro ao seu país de origem, remessas estas que chegam ao alto montante de US\$2,2 bilhões (Inter-American, 2005, p.2). Investir na integração dos Nikkeis à sociedade anfitriã, o que poderia começar a ser feito com a simples exigência do aumento da carga horária destinada ao ensino do idioma e da cultura japonesa no currículo das escolas brasileiras no Japão, representaria a longo prazo matar a galinha dos ovos de ouro.

*** Ushi Arakaki é Psicóloga, Mestre em Cooperação Internacional pela Universidade Complutense de Madrid e Doutoranda do Dpto. de Antropologia da Universidade de Osaka.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- INTER-AMERICAN Development Bank
(2005) *Remittances to Latin America from Japan*. Okinawa.
- JAPAN Immigration Association
(2005) *Statistics on Immigration Control 2005*. Tokyo, Nyūkan Kyōkai
- KEARNEY, Michael
(1995) "The local and the Global: The Anthropology of Globalization and Transnationalism". *Annu. Rev. Anthropol.* n° 24, p.547-65.
- TSUDA, Takeyuki
(2003) *Strangers in the Ethnic Homeland: Japanese Brazilian Return Migration in Transnational Perspective*. New York, Colombia University Press.
- UNITED Nations
(2000) *Replacement Migration: Is it a Solution to Declining and Aging Populations?* ESA/P/WP.160, New York.
- WEINER, Michael
(1997) *Japan's Minorities: The illusion of Homogeneity*. Great Britain, Routledge.